



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**

**CONTRATO Nº 03/2019**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA / SE, E A EMPRESA AGSISTEMAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 13.003.462/0001-04, localizada na PRAÇA DA BANDEIRA Nº 363, Bairro Centro, Divina Pastora / SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Senhor **PAULO JOSÉ ANDRADE NASCIMENTO**, Presidente da Câmara, CPF N.º 961.526.305-25, RG N.º 3.021.213-8 SSP/SE, residente na Av. Carlos Vieira de Melo, N. 28, Bairro Centro, Divina Pastora / SE, e do outro lado a Empresa **AGSISTEMAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ N.º **04.497.198/0001-11**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com escritório na Rua São Cristóvão, N. 1.514, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju / SE, representado pelo abaixo assinado, tem justo e acordado entre si, o presente Contrato de Prestação de Serviços de Informática, sujeitando-se as normas preconizadas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**DO LOCAL E DATA:** Lavrado e assinado na sede da Câmara Municipal de Divina Pastora – SE, aos 02 de janeiro de 2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO**

1.1 - O presente Contrato foi elaborado por Inexigibilidade de Licitação de acordo com o Art. 25, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e a Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A Câmara Municipal promoverá a contratação da licença e manutenção em website com Empresa especializada em software compreendendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDA DE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Licença de uso mensal de software módulos Almoxarifado, Patrimônio e Compras	Meses	12	550,00	6.600,00
02	Licença de uso mensal de software modulo gestor – Contabilidade Pública.	Meses	12	750,00	9.000,00
03	Licença de uso mensal de software no atendimento a Lei de acesso a Informação N. 12.527/2011.	Meses	12	400,00	4.800,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**

---

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

- 3.1 Em contraposta aos Serviços Prestados neste contrato, obriga-se a Câmara Municipal a pagar a Empresa contratada, à importância global de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), e será pago mensalmente o valor de R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais);
- 3.2 – Os pagamentos será efetuado mensalmente de acordo com a prestação dos serviços, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 3.2.1 – Nota(s) Fiscal(is), atestada e liquidada pela Câmara Municipal;
- 3.2.2 – Prova de Regularidade justos aos órgãos competentes;
- 3.2.3 – Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, a Câmara Municipal efetuará o pagamento das fatura(s) até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria da Câmara Municipal ou efetuar o depósito;
- 3.3 – O preço proposto é fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

- 4.1 - O presente Contrato terá prazo de vigência a partir 02 de janeiro de 2019 termino previsto para 31 de dezembro de 2019, e/ou contados a partir da data de sua assinatura.

**Parágrafo Único** - O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1 - Às despesas previstas na Cláusula Segunda correrá por conta da seguinte dotação, constante no Orçamento para o corrente exercício financeiro a Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 33.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, a despesa prevista na cláusula segunda correrá por conta de Recursos Próprios.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1 - Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais e faturas, o efetivo fornecimento, por meio de representante especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- 6.2 - Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas;
- 6.3 - Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 6.4 - Permitir ao pessoal técnico da contratada, encarregado do serviço objeto deste Contrato, livre acesso para a execução dos serviços;
- 6.5 - Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.
- 6.6 - Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato;
- 6.7 - Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- 6.8 - Impedir que terceiros executem o objeto deste termo;
- 6.9 - Comunicar a contratada qualquer problema ou irregularidade constatada na execução do contrato, diligenciando, se necessário, providencia corretivas;
- 6.10 - Implementar medidas de segurança que visem proteger seus dados/ou equipamentos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 – Comparecer a Câmara Municipal, quando necessário, a fim de orientar in loco os serviços decorrentes do presente Contrato;
- 7.2 – Manter durante a execução do contrato, todas as obrigações por ele assumidas na proposta;
- 7.3 – Os serviços elencados neste contrato dará suporte técnico de no mínimo uma visita mensal a Câmara Municipal, durante o horário de expediente, após a implantação do sistema, durante a vigência do contrato, prestado serviços de manutenção corretiva (manter o sistema em seu perfeito estado de



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**

- funcionamento, efetuando ajustes e correções que fizerem necessários) e orientação aos usuários e revisão do sistema, de modo a efetivar a ocorrência de falhas);
- 7.4 – O cronograma das visitas será estabelecido pela Câmara Municipal, sem nenhum custo extra quanto a eventual necessidade de deslocamento ou despesas afins, por parte dos técnicos da contratada;
- 7.5 – As despesas oriundas dos deslocamentos do pessoal da contratada para a sede da Câmara Municipal, quando necessário à execução dos trabalhos, envolvendo interesse da mesma, serão de inteira responsabilidade da contratada, tais como salários, seguro de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 7.6 – Prestar todos os esclarecimentos que forem necessários pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos entregues;
- 7.7 – Executar diretamente este contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante;
- 7.8 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos entregues;
- 7.9 – Instalar o(s) Sistema(s) em local e/ou equipamentos pré-definidos pela contratante;
- 7.10 – Treinar, no momento acordado com a contratante, até o 05 (cinco) funcionários, por essa designados, para operação do(s) Sistema(s). Entretanto, caso, na época do agendamento, por questões particulares da contratante, pelo menos 01 (um) profissional tenha sido treinado, será considerado com realizado, ensejando em novos custos, a serem assumidos pela contratante, a realização de novo treinamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

- 8.1 – As sanções contratuais serão: advertência, multa, suspensão temporária para a participação e impedimento de contratar e declaração de idoneidade, observando-se:
- 8.1.1 – Advertência, no caso de atraso injustificado na entrega do equipamento;
- 8.1.2 – Multa, no valor a ser analisado pela Comissão Permanente de Licitação;
- 8.1.3 – Atraso injustificado na assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho;
- 8.1.4 – Recusa injustificada na assinatura o contrato, tendo sido convocado dentro de prazo legal;
- 8.1.5 – Descumprimento de obrigações estabelecidas neste contrato;
- 8.1.6 – Desatendimento as condições de entrega do equipamento;
- 8.2 – Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 02 (dois) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, na hipótese de:
- 8.2.1 – Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;
- 8.2.2 – Não execução da proposta após a adjudicação;
- 8.2.3 – Comportamento inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- 8.2.4 – Cometimento de fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- 8.2.5 – Fraude na execução do Contrato;
- 8.3 – Apresentação de documento falsa para participação no certame, conforme registro em ata ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- 8.4 – Poderá a CONTRATANTE convocar os demais licitantes na ordem de classificação para, caso os correspondentes aceitem as mesmas condições da empresa contratada, executar o objeto do contrato.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO UNILATERAL**

- 9.1 - Pode a Câmara Municipal rescindir unilateralmente o presente termo, se ocorrer alguma das hipóteses previstos no art. 79, I, da Lei N. 8.666/93, sem que caiba qualquer tipo de indenização para a Empresa Contratada;
- 9.2 – Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para esta Câmara Municipal;
- 9.3 – Judicial nos termos da legislação;
- 9.4 – A Câmara Municipal se reserva o direito de a qualquer momento, por interesse público, rescindir o presente contrato, sem que caiba qualquer tipo de indenização;
- 9.5 – Constitui motivo para rescisão do contrato:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**

- 9.5.1 – O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;  
9.5.2 – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais e especificações;  
9.5.3 – A paralisação injustificada do fornecimento;  
9.5.4 – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da licitante;  
9.5.6 – O atraso no pagamento das faturas divididas por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, posteriores ao seu vencimento.

**Parágrafo Único** – Em caso de RESCISÃO UNILATERAL, pela contratante, sem motivo justo, implica em multa no valor restante do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO**

- 10.1 - O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pela Empresa contratada, bem como ao Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, realizado pela Câmara, com base no art. 25, inciso II, em harmonia com o art. 13, inciso III, da Lei N. 8.666/93, e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ADITAMENTOS**

- 11.1 - Toda e qualquer modificação dos termos do presente ajuste será formalizada através de termo aditivo, após prévia manifestação entre as partes e em conformidade com o disposto com a Lei de Contratos e Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DOS ANEXOS**

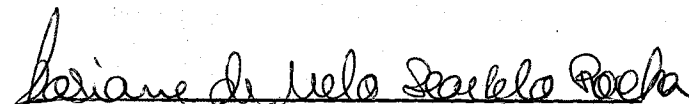
- 12.1 - Este Contrato deverá ser publicado no Mural desta Câmara Municipal em local de costume, após a data de sua assinatura, para conhecimento dos demais;  
12.2 - Integra o presente contrato todas as peças que formam o procedimento, a proposta apresentada pela contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

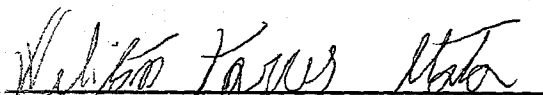
- 13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente contrato.

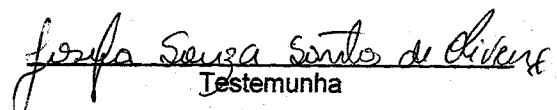
E, por se acharem justos e Contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinado, para que produza os efeitos legais.

Divina Pastora (SE), 02 de janeiro de 2019.

  
MARIANE DE MELO SAABELO ROCHA  
AGSISTEMAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA  
CONTRATADA

  
PAULO JOSÉ ANDRADE NASCIMENTO  
Presidente da Câmara

  
WILTON CARLOS COSTA  
Testemunha

  
JOSEFA SOUZA SANTOS DE OLIVEIRA  
Testemunha



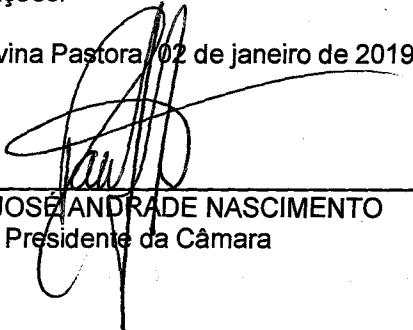
**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**

---

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO**  
**CONTRATO Nº 03/2019**

A Câmara Municipal de Divina Pastora, Estado de Sergipe, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 13.003.462/0001-04, localizada na Praça da Bandeira nº 363, Bairro Centro, Divina Pastora / SE, doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor PAULO JOSÉ ANDRADE NASCIMENTO, Presidente da Câmara, torna a público para conhecimento dos demais que firmou Contrato com a Empresa AGSISTEMAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ N.º 04.497.198/0001-11 objetivando a licença nos: serviços de Licença de uso mensal de software módulos Almoxarifado, Patrimônio e Compras; licença de uso mensal de software módulo gestor, Contabilidade Pública e licença de uso mensal de software de atendimento a Lei de acesso a Informação n. 12.527/2011, a partir de 02 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, no valor global de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), cujo pagamento será efetuado mensalmente no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), ocorrendo às despesas por conta da Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 33.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Fonte de Recurso: Recursos do Tesouro Ordinário, existindo no Orçamento vigente para o exercício vigente, cujo pagamento será efetuado mensalmente, após autorização do ordenador da despesa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Câmara Municipal de Divina Pastora, 02 de janeiro de 2019.

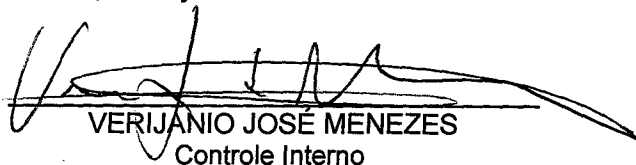


PAULO JOSÉ ANDRADE NASCIMENTO  
Presidente da Câmara

**CERTIDÃO**

Certifico que este Edital acima foi afixado no Quadro de Aviso desta Câmara Municipal, para conhecimento geral, de acordo com o art. 13, inciso XII, Constituição Estadual.

Divina Pastora, 02 de janeiro de 2019.



VERIJANIO JOSÉ MENEZES  
Controle Interno